ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO E INJUSTIÇA EPISTÊMICA NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: DESAFIOS SOCIOLÓGICOS EM PERSPECTIVA DECOLONIAL E EM DIÁLOGO SUL–SUL COM A AMÉRICA LATINA

Rodrigo de Souza Pain[1]
Walace Ferreira[2]

INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais ocupam lugar central na compreensão das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais das sociedades africanas. A diversidade histórica e sociocultural do continente, atravessada pela experiência colonial e pelos processos de construção nacional posteriores às independências, coloca desafios específicos para a produção de conhecimento sobre a África e a partir dela. Nesse contexto, a consolidação da Sociologia depende tanto das condições institucionais das universidades quanto das disputas em torno da legitimidade, da circulação e do reconhecimento dos saberes produzidos no continente.

A herança colonial não se limita às estruturas políticas e econômicas, mas atravessa instituições educacionais, currículos, línguas de ensino, agendas de pesquisa e critérios de validação científica. Essas dinâmicas reproduzem desigualdades na produção do conhecimento e restringem a autonomia intelectual de pesquisadores e instituições africanas. Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a questão adquire particular relevância diante das trajetórias desiguais de institucionalização da Sociologia, da precariedade de infraestruturas, do financiamento insuficiente à pesquisa e da circulação limitada da produção intelectual local.

A injustiça epistêmica permite examinar as desigualdades no reconhecimento e na legitimação dos conhecimentos. Articulada à colonialidade do saber, evidencia como determinadas tradições teóricas são tratadas como universais, enquanto experiências e interpretações africanas são frequentemente relegadas à condição de objetos empíricos, sem reconhecimento equivalente como fontes de teoria. O problema não consiste em rejeitar toda produção europeia ou norte-americana, mas em questionar sua transformação em referência exclusiva para interpretar realidades sociais diversas.

[1] Professor Associado de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). rodrigo.pain@gmail.com
[2] Professor Associado de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). walaceuerj@gmail.com

ISSN: 2358-8829

Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde compartilham heranças coloniais e desafios estruturais, mas possuem trajetórias históricas e institucionais próprias. Por isso, não devem ser tratados como um conjunto homogêneo. O diálogo com a América Latina, particularmente com o Brasil, oferece possibilidades de intercâmbio acadêmico, desde que a cooperação Sul–Sul não reproduza relações verticais de transferência de conhecimentos, mas se constitua como espaço de reconhecimento mútuo e coprodução científica.

Neste artigo, a expressão Sociologia situada designa uma prática de produção do conhecimento que reconhece a localização histórica, social, linguística e política dos sujeitos que pesquisam. Essa perspectiva valoriza a capacidade dos próprios contextos sociais de produzir categorias, problemas e interpretações, sem pressupor isolamento intelectual ou rejeição ao diálogo internacional.

O objetivo é analisar como a injustiça epistêmica, a dependência acadêmica e a colonialidade do saber incidem sobre a institucionalização, o ensino e a produção sociológica nos cinco PALOP, discutindo caminhos para fortalecer a autonomia institucional e epistemológica da disciplina.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa é qualitativa, exploratória e analítico-interpretativa, fundamentada em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com docentes e estudantes dos PALOP. A abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade histórica, política, institucional e epistemológica do objeto, cuja compreensão exige considerar experiências, significados e percepções dos sujeitos envolvidos na produção e no ensino das Ciências Sociais.

A revisão bibliográfica mobilizou estudos sobre colonialidade do poder e do saber, epistemologias do Sul, educação decolonial e institucionalização das Ciências Sociais na África. O diálogo teórico inclui autores africanos e latino-americanos e outras tradições críticas, buscando problematizar a suposta neutralidade da produção científica e os critérios que conferem legitimidade a determinados conhecimentos.

Foram realizadas 30 entrevistas semiestruturadas entre 2022 e 2024: 20 com docentes e 10 com estudantes vinculados a seis instituições de ensino superior dos cinco países investigados, sendo quatro instituições públicas e duas privadas. A seleção foi intencional e não probabilística, considerando a vinculação institucional, a relação com as Ciências Sociais e a disponibilidade dos participantes. As entrevistas abordaram financiamento, autonomia universitária, liberdade acadêmica, ensino da Sociologia, produção científica, condições de pesquisa e cooperação internacional.

Os depoimentos foram examinados por análise temática orientada por procedimentos de análise de conteúdo, envolvendo leitura sistemática, codificação, categorização e interpretação. As categorias combinaram eixos derivados do referencial teórico com temas emergentes das narrativas. A análise comparativa considerou institucionalização, formação, produção científica, condições de pesquisa e relações

entre conhecimento, colonialidade e descolonização, sem homogeneizar as experiências nacionais nem pretender produzir generalizações estatísticas.

A participação foi voluntária, com informações sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, o direito de não responder a determinadas perguntas e a possibilidade de retirada. Foram adotadas medidas de confidencialidade e anonimização, especialmente quando a identificação pudesse gerar riscos pessoais, profissionais ou institucionais.

A delimitação a cinco países, seis instituições e 30 participantes constitui um limite da pesquisa. Os resultados oferecem elementos analíticos sobre experiências e tendências observadas nos contextos estudados, mas não representam estatisticamente a totalidade dos sistemas de ensino superior dos PALOP.

RESULTADOS: DEPENDÊNCIA ACADÊMICA E INJUSTIÇA EPISTÊMICA NOS PALOP

A literatura consultada e os depoimentos analisados apontam limitações recorrentes de financiamento, infraestrutura e institucionalização da Sociologia nos países investigados. Em muitos casos, projetos de pesquisa dependem de agências internacionais, cujas prioridades podem influenciar a definição das agendas e dos problemas considerados relevantes. A dependência financeira, portanto, não diz respeito apenas ao volume de recursos disponíveis, mas também à capacidade de decidir o que pesquisar, como interpretar os resultados e para quem o conhecimento será produzido.

Em entrevista realizada em 2022, o sociólogo e professor Diamantino Lopes assinalou que o baixo investimento estatal no ensino superior e na pesquisa favorece a ocupação desse espaço por organismos internacionais. Hountondji (2008) problematiza a orientação de parte da pesquisa africana para demandas externas, enquanto Holl (2020) critica formas subordinadas de participação de pesquisadores locais em projetos estrangeiros. Essas análises ajudam a compreender uma dependência epistemológica que abrange financiamento, agendas de pesquisa, referenciais teóricos e critérios de validação científica.

As condições de liberdade acadêmica também constituem uma preocupação. Os relatos indicam que, em determinados contextos, tensões políticas, censura e riscos profissionais podem limitar a atuação de docentes e estudantes. Um estudante moçambicano relatou ter evitado abordar em aula a teoria da divisão dos poderes de Montesquieu devido às tensões políticas existentes no país. O depoimento ilustra como o ambiente político pode interferir na liberdade de discussão, embora não deva ser tomado isoladamente como representação de todas as instituições moçambicanas ou dos PALOP.

A infraestrutura de pesquisa e a circulação acadêmica constituem outros desafios. Meneses (2016) discute a posição periférica das universidades africanas em sistemas de produção científica atravessados por assimetrias internacionais. Cardoso (2017) chama atenção para fragilidades institucionais, desmotivação docente e participação limitada de pesquisadores africanos lusófonos em redes científicas

ISSN: 2358-8829

continentais. A escassez de periódicos regulares e de oportunidades de encontro entre pesquisadores dificulta a consolidação de comunidades científicas e a continuidade das agendas de investigação.

As reformas do ensino superior também precisam ser examinadas criticamente. Cruz e Silva (2011), ao analisar Moçambique, mostra como reformas curriculares associadas ao Processo de Bolonha foram apresentadas como respostas inevitáveis à integração global, com participação limitada de agentes sociais locais. A questão não é negar a circulação internacional de modelos acadêmicos, mas investigar em que condições são adotados, quem participa das decisões e como dialogam com as necessidades das sociedades envolvidas.

A mobilidade de pesquisadores exige análise semelhante. Em Moçambique e na Guiné-Bissau, a saída de profissionais qualificados pode reduzir capacidades institucionais, sobretudo quando não existem condições de retorno ou de colaboração contínua. Lopes (2020) destaca a dispersão internacional de pessoas formadas na Guiné-Bissau e a dificuldade de converter essa qualificação em contribuição regular ao desenvolvimento nacional. Contudo, a mobilidade não deve ser definida automaticamente como perda: redes transnacionais podem promover circulação de conhecimento, desde que existam políticas de cooperação, vínculos institucionais e oportunidades para que pesquisadores contribuam com seus países de origem.

A institucionalização da Sociologia apresenta trajetórias diferenciadas. Em Angola, a disciplina passou de uma posição marginalizada a obter reconhecimento progressivo a partir da Segunda República, entre 1991 e 1992, com a ampliação de associações, publicações, cursos superiores e presença no ensino secundário (COSTA, 1997; KAJIBANGA, 2009). Ainda assim, Adérito Manuel apontou, em entrevista de 2022, dificuldades de acesso à bibliografia e a materiais didáticos, além da escassez de estudos sobre o ensino da Sociologia. A curta duração de iniciativas editoriais, como a Revista Angolana de Sociologia (2008–2014), evidencia a dificuldade de manter estruturas de circulação científica.

Em Cabo Verde, Antonieta Ortet destacou, em entrevista de 2022, a dependência de manuais produzidos no exterior. Esse exemplo revela como a escassez de materiais próprios pode afetar o ensino e a formação de novas gerações de pesquisadores. Cardoso (2017) observa ainda que parte da produção científica permanece predominantemente monográfica ou descritiva, com dificuldades para articular dados empíricos e referenciais teóricos consistentes. O problema deve ser relacionado às condições de formação, financiamento, publicação, orientação e debate acadêmico, e não interpretado como incapacidade intelectual dos pesquisadores locais.

Outro aspecto é a persistência da chamada biblioteca colonial, conceito desenvolvido por Mudimbe (1988) para analisar a ordem de discursos e classificações por meio da qual a África foi produzida como objeto de conhecimento. Essa biblioteca não corresponde apenas a um conjunto de obras antigas: refere-se também às categorias e aos pressupostos que continuam organizando a interpretação do continente a partir de referências externas.

Descolonizar o conhecimento não significa simplesmente substituir autores europeus por africanos, mas interrogar as categorias, os problemas e as hierarquias que estruturam a pesquisa. A construção de uma biblioteca africana exige ampliar a presença de autores e autoras do continente e reconhecer sua capacidade de produzir teoria.

Em conjunto, os resultados apontam para uma relação entre fragilidade institucional e dependência epistemológica. A escassez de recursos restringe a continuidade da pesquisa e a circulação de publicações; a dependência de agendas externas pode reduzir a autonomia; e a baixa visibilidade da produção africana reforça a percepção de que a teoria legítima é produzida em outros centros. Esses mecanismos se alimentam mutuamente, mas não eliminam as iniciativas locais, as redes de resistência e as possibilidades de construção de alternativas.

DISCUSSÃO: COLONIALIDADE DO SABER, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO TEÓRICA

A colonialidade do saber permite compreender como relações de poder historicamente estabelecidas permanecem atuantes nos currículos, nas práticas educacionais e nos critérios de validação científica. Quijano (2005) demonstra que a colonialidade ultrapassa o período formal do colonialismo e participa da organização das hierarquias sociais e epistêmicas. Nos PALOP, a persistência de referências eurocêntricas pode fazer com que as sociedades africanas sejam tratadas como campos de aplicação de teorias produzidas em outros lugares, e não como contextos capazes de gerar conceitos e interpretações próprios.

A crítica de Connell (2012) é relevante nesse debate. A autora observa que teorias produzidas nas metrópoles se tornam centrais não necessariamente por explicarem melhor todas as sociedades, mas porque as instituições de conhecimento estão estruturadas para recebê-las como paradigmas. Essa assimetria afeta o que se lê, o que se ensina, quais pesquisas são consideradas inovadoras e quais autores são citados. O desafio não é abandonar a teoria social clássica, mas historicizar sua formação e colocá-la em interlocução crítica com experiências e produções de outras regiões.

Em Cartas à Guiné-Bissau, Freire (1978) defende uma alfabetização relacionada às raízes culturais e históricas do povo guineense, em oposição a práticas educacionais coloniais que desvalorizavam referências locais. A educação integra, nessa perspectiva, os processos de emancipação política e cultural. De modo convergente, Cabral (1972) enfatiza a importância da autonomia dos povos na condução de seus processos históricos. Essas contribuições permitem pensar a educação decolonial não como adição decorativa de conteúdos africanos, mas como revisão das relações entre conhecimento, língua, poder e experiência social.

A valorização da pluralidade epistemológica relaciona-se às epistemologias do Sul. Santos e Meneses (2009) questionam a supressão de conhecimentos produzidos por grupos historicamente colonizados e defendem uma ecologia de saberes, na qual diferentes formas de conhecimento possam dialogar sem que uma seja automaticamente

ISSN: 2358-8829

tomada como medida universal das demais. Mignolo (2008), por sua vez, propõe a "desobediência epistêmica" como crítica aos padrões hegemônicos de produção do conhecimento.

Aplicadas à Sociologia, essas perspectivas convidam a questionar a hierarquização entre teoria e experiência, entre conhecimento escrito e oralidade e entre línguas de circulação global e línguas locais. Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) analisa a língua como dimensão da dominação colonial e da formação da consciência cultural. Nos PALOP, o português permite comunicação transnacional, produção acadêmica e cooperação entre países, mas seu predomínio não deve marginalizar as línguas nacionais e locais. A oralidade também constitui fonte relevante para compreender memórias, práticas comunitárias e categorias sociais, desde que trabalhada com rigor metodológico e em diálogo crítico com outras fontes.

As relações entre África e América Latina ampliam esse debate. Ambas as regiões foram constituídas por histórias de colonialismo e hierarquização racial, embora suas experiências não sejam idênticas. A aproximação deve evitar paralelismos simplificadores e reconhecer a diversidade das trajetórias nacionais, linguísticas e políticas.

No Brasil, a legislação que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana representa uma iniciativa de enfrentamento ao apagamento histórico, embora sua implementação dependa de formação docente, materiais adequados e compromisso institucional. A educação afrocentrada, por sua vez, busca posicionar experiências e conhecimentos africanos e afrodescendentes no centro dos processos de aprendizagem.

A filosofia Ubuntu, discutida por Noguera (2012), oferece outro horizonte para refletir sobre formas relacionais de existência e reexistência, sintetizadas na ideia de que uma pessoa se constitui por meio das outras. Não se trata de apresentar Ubuntu como essência homogênea de todas as sociedades africanas, mas de reconhecer sua relevância ética e política em determinados contextos e debates. De maneira semelhante, Walsh (2013) conceitua as "fissuras decoloniais" como brechas abertas no interior das estruturas de poder, nas quais emergem saberes, pedagogias e práticas de resistência.

África e América Latina, assim, não são apenas territórios sobre os quais se aplicam teorias desenvolvidas em outros centros. São espaços de elaboração intelectual e produção de categorias analíticas. Uma cooperação Sul–Sul consequente precisa reconhecer essa condição e favorecer a coprodução de conhecimentos, sem transformar o Brasil em modelo a ser reproduzido nos PALOP. O intercâmbio deve partir de problemas definidos em comum, reconhecer diferenças contextuais e distribuir de forma equilibrada recursos, autoria e capacidade de decisão.

PERSPECTIVAS PARA UMA SOCIOLOGIA SITUADA E A COOPERAÇÃO SUL–SUL

O fortalecimento da Sociologia nos PALOP requer articular três dimensões interdependentes: institucional, epistêmica e pedagógica. A primeira envolve

ISSN: 2358-8829

financiamento contínuo, infraestrutura de pesquisa, bibliotecas, periódicos, programas de pós-graduação e condições adequadas de trabalho. A segunda diz respeito ao reconhecimento de intelectuais africanos, à valorização de saberes locais, à ampliação das línguas de produção científica e à revisão dos critérios que reproduzem hierarquias epistêmicas. A terceira compreende formação inicial e continuada de docentes, materiais didáticos contextualizados, currículos plurais e articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

No plano institucional, políticas de fortalecimento poderiam combinar fundos nacionais para as Ciências Sociais, editais conjuntos entre instituições africanas e latino-americanas, bolsas de iniciação científica e pós-graduação, mobilidade acadêmica, financiamento de periódicos e repositórios de acesso aberto. A coorientação de dissertações e teses, os projetos de pesquisa compartilhados e o apoio a eventos científicos também podem ampliar a formação de quadros locais.

Para evitar que a cooperação reproduza dependências, é fundamental que agendas, métodos e produtos sejam definidos conjuntamente; que a autoria seja compartilhada de modo justo; e que os resultados retornem às instituições e sociedades envolvidas. A cooperação deve ser compreendida como coprodução científica, e não como transferência unilateral de conhecimentos (SANTOS, 2021).

No plano curricular, uma Sociologia situada exige maior presença de intelectuais africanos nos cursos universitários e na formação docente, além do estudo da história intelectual dos PALOP. A produção de livros, coletâneas, antologias e recursos digitais por pesquisadores locais pode reduzir a dependência de manuais externos. Uma Biblioteca Digital de Sociologia dos PALOP, reunindo artigos, entrevistas, materiais didáticos, teses e capítulos em acesso aberto, constituiria uma iniciativa possível para ampliar a circulação e preservar a memória intelectual da região.

A pluralidade linguística também deve integrar essa agenda. Materiais em português e em línguas nacionais, traduções de obras africanas, glossários sociológicos multilíngues e pesquisas sobre categorias sociais locais podem fortalecer a transmissão do conhecimento. O português pode continuar funcionando como língua de cooperação sem ocupar uma posição que inviabilize as línguas locais. A oralidade deve ser reconhecida como fonte legítima, sem ser romantizada ou tratada como substituta automática da produção escrita.

A construção de uma Sociologia situada exige, ainda, aproximar universidades e comunidades. Pesquisas participativas, pesquisa-ação, extensão universitária e parcerias com associações comunitárias, organizações de mulheres e jovens, movimentos sociais e instituições culturais podem contribuir para formular problemas socialmente relevantes. Os participantes e as comunidades não devem aparecer somente como fontes de dados, mas, sempre que possível, participar da definição dos problemas, da interpretação dos resultados e de sua circulação. Relatórios acessíveis, oficinas, podcasts, produções audiovisuais e encontros comunitários podem ampliar a devolução pública do conhecimento (FREIRE, 1978).

A mobilidade de pesquisadores precisa ser acompanhada por políticas de formação, retenção e circulação de quadros qualificados. Em vez de tratar a

internacionalização como saída definitiva ou como solução automática, é importante construir vínculos entre pesquisadores residentes nos países e integrantes de suas diásporas, com projetos, coorientações, atividades formativas e oportunidades de participação em agendas nacionais.

O CODESRIA e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), entre outras instituições, podem integrar estratégias de fortalecimento das redes acadêmicas. A atuação de associações estudantis e grupos de pesquisa também é relevante para ampliar a participação de estudantes, consolidar comunidades científicas e aproximar a formação universitária dos desafios sociais dos países.

A cooperação Sul–Sul deve ampliar os circuitos de produção científica, e não criar um circuito fechado ou substituir uma dependência por outra. Seu propósito é pluralizar a ciência e fortalecer a capacidade de cada sociedade de formular perguntas, produzir interpretações e participar em condições mais igualitárias do debate internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou os desafios da institucionalização da Sociologia em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde a partir das relações entre injustiça epistêmica, dependência acadêmica e colonialidade do saber. A revisão bibliográfica e as 30 entrevistas realizadas entre 2022 e 2024 indicam que a consolidação da disciplina não depende apenas da expansão de cursos ou do aumento do financiamento. Exige também enfrentar mecanismos que limitam a autonomia acadêmica, a circulação da produção africana e o reconhecimento de intelectuais do continente como produtores de teoria.

Os resultados destacam fragilidades institucionais, dependência de recursos e agendas externas, limitações à liberdade acadêmica, dificuldades de publicação e circulação e persistência de currículos orientados por referências eurocêntricas. Essas questões não se manifestam de forma idêntica nos cinco países, cujas trajetórias e estruturas são distintas. Por isso, as políticas de fortalecimento devem combinar iniciativas regionais com respostas adequadas às condições de cada contexto.

A noção de Sociologia situada sintetiza a necessidade de relacionar condições materiais de produção científica, pluralidade epistemológica e transformação pedagógica. Isso envolve fortalecer universidades e redes de pesquisa, ampliar a presença de autores africanos nos currículos, valorizar línguas nacionais e oralidades, produzir materiais didáticos contextualizados e desenvolver pesquisas em diálogo com as comunidades. Não se trata de rejeitar a produção teórica internacional, mas de contestar sua posição como referência exclusiva e ampliar as condições de interlocução entre tradições intelectuais.

A cooperação Sul–Sul entre África e América Latina pode contribuir para esse processo, desde que seja horizontal, recíproca e orientada para a coprodução. A definição compartilhada de agendas, a distribuição justa de autoria, a formação de

pesquisadores e a circulação dos resultados nos países envolvidos são condições fundamentais para que o intercâmbio não reproduza relações de dependência. África e América Latina devem ser reconhecidas não apenas como objetos de análise, mas como protagonistas da elaboração teórica e da produção do conhecimento.

Como limite, a pesquisa abrange cinco países, seis instituições e 30 participantes, não oferecendo base para generalizações estatísticas sobre a totalidade dos sistemas de ensino superior dos PALOP. Ainda assim, permite identificar problemas e possibilidades que merecem aprofundamento por estudos comparativos e pesquisas conduzidas com maior participação de instituições e pesquisadores locais.

O fortalecimento da Sociologia nos PALOP depende, em última instância, da mobilização conjunta de docentes, estudantes, universidades, associações científicas e comunidades para construir uma ciência plural, autônoma e socialmente comprometida. Uma Sociologia situada não significa uma ciência isolada, mas uma prática científica capaz de dialogar em condições mais igualitárias com diferentes tradições de pensamento, reconhecendo a legitimidade das experiências históricas e intelectuais africanas na produção de conhecimento sobre o mundo.

Palavras-chave: Sociologia; injustiça epistêmica; decolonialidade; PALOP; cooperação Sul–Sul; Sociologia situada.

AGRADECIMENTO

Esta pesquisa contou com o apoio do Programa Vivências Formativas em Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulado “Sociologia em Perspectiva Sul-Sul: Diálogos Educacionais entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)”.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Amílcar. O papel da cultura na luta pela independência. In: CABRAL, Amílcar. **Unidade e luta**. Lisboa: Textos Políticos, 1972. v. 1.

CARDOSO, Carlos. Desenclavar as Ciências Sociais na África lusófona: iniciativa especial do CODESRIA. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 89-111, 2017.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, 2012.

COSTA, Luís Mendes da. A Sociologia em Angola: posições e proposições. **Ngola: Revista de Estudos Sociais**, Luanda, v. 1, n. 1, p. 94-96, 1997.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOLL, Augustin. A pesquisa em Ciências Sociais e Humanas na/sobre África: buscando por alternativas. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1016/pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Endogenous knowledge: research trails**. Dakar: CODESRIA, 1997.

HOUNTONDJI, Paulin J. Knowledge of Africa, knowledge by Africans: two perspectives on African studies. **RCCS Annual Review**, n. 1, 2008. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccsar/174. Acesso em: 28 set. 2026.

KAJIBANGA, Victor. Sociologia em Angola: paradigmas clássicos e tendências atuais. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, n. 4, p. 197-201, 2009.

MENESES, Maria Paula. As Ciências Sociais no contexto do ensino superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 338-364, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n2p338/32762. Acesso em: 28 set. 2026.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidades em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

NGŨGĨ WA THIONG'O. **Decolonising the mind: the politics of language in African literature**. London: Heinemann, 1986.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 3, n. 6, p. 147-150, 2012. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358/331. Acesso em: 28 set. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Teresa Cruz e. Liberdade acadêmica e ensino superior em Moçambique. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 211-234, 2011. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/593/474. Acesso em: 28 set. 2026.

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales**. Quito: Abya-Yala, 2013. v. 1, p. 23-68.

Fulano da Silva Santos [3]
Sicrano da Silva Santos [4]
Beltrano da Silva Santos [5]
Pessoa da Silva Santos [6]
Costa da Silva Santos [7]
Orientador do Trabalho [8]

INTRODUÇÃO

O autor deverá submeter na base da Área do Participante um *resumo simples* com um único parágrafo de 100 a 250 palavras, sem referências bibliográficas, ou destaques de qualquer natureza. Nele devem constar: a síntese do trabalho, o referencial teórico-metodológico e os principais resultados. Este resumo não deverá constar no arquivo a ser anexado com o trabalho completo.

A introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

Em todo o arquivo utilizar fonte Times New Roman, tamanho 12, com exceção do título que deve apresentar fonte negrito, tamanho 14, com letras maiúsculas, alinhamento centralizado, das referências e citações recuadas que devem seguir normas da ABNT. Inserir, em nota de rodapé, tamanho 11, quando o resumo expandido for

[3] Graduando do Curso de XXXXX da Universidade Federal - UF, autorprincipal@email.com;
[4] Graduado pelo Curso de XXXXX da Universidade Federal - UF, coautor1@email.com;
[5] Mestrando do Curso de XXXXX da Universidade Estadual - UE, coautor2@email.com;
[6] Doutor pelo Curso de XXXXX da Universidade Federal - UF, coautor3@email.com;
[7] Doutor pelo Curso de XXXXX da Universidade Federal - UF, coautor3@email.com;
[8] Professor orientador: titulação, Faculdade Ciências - UF, orientador@email.com.

ISSN: 2358-8829

resultado de projeto de pesquisa, ensino ou extensão ou, quando houver financiamento, indicar o órgão de fomento.

Autores, coautores e vínculo: inserir o nome completo do autor, dos coautores e do orientador (quando for o caso) (Um por linha) apenas as iniciais em maiúsculas, alinhado à direita, tamanho 12. Inserir vínculo institucional e e-mail de autores e coautores em nota de rodapé. Deixar 01 linha em branco.

O resumo expandido deverá conter no **mínimo 08 e no máximo 12 páginas** (não numeradas), texto justificado, regular, fonte tamanho 12, utilizando formato A4, margens superior/esquerda 3,0 cm e inferior/direita 2,0 cm, com espaçamento 1,5 cm entre linhas, contendo **Introdução** (justificativa implícita, e, objetivos), **Metodologia**, **Referencial Teórico** (pode vir anexo à introdução), **Resultados e Discussão** (podendo inserir tabelas, gráficos ou figuras), **Considerações Finais**, **Agradecimentos** (opcional) e **Referências** de acordo com a ABNT.

Formato: o arquivo deverá ser anexado no formato **PDF,** com tamanho máximo de 2MB. O uso do papel timbrado da edição atual do evento é obrigatório. O modelo é disponibilizado no site do evento para download.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia do resumo expandido deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa contém as principais discussões teóricas e a trajetória da mesma ao longo do recorte do tema estudado. Ele serve para situar o leitor quanto à linha de raciocínio que o autor seguiu na construção de seu artigo. Poderá vir nesta área ou anexo à introdução.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

Nesta sessão poderão ser utilizados gráficos, tabelas e quadros.

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas do país. Levando em consideração a referencia a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica.

Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como dialogos com as análises referidas ao longo do resumo.

Palavras-chave: Resumo expandido; Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

AGRADECIMENTOS (Opcional)

REFERÊNCIAS

Deverão apresentar apenas as referências utilizadas no resumo expandido. As referências, com todos os dados da obra citada, devem seguir as normas atuais e em vigor da ABNT.

Ao fazer citação direta no texto o autor deve indicar, entre parênteses, logo depois da referida citação, o nome do autor em letra maiúscula, o ano da publicação e a página em que se encontra a citação. Para citações com mais de 4 linhas, utilizar recuo de 4 cm, espaçamento simples e fonte tamanho 10. Nas referências colocar as informações completas das obras.

ISSN: 2358-8829

EXEMPLOS:

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmera de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 06 fev. 2020.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.